

## Memória e formação de um povo negro

### Memory and formation of a black people

Tânia Maria Rodrigues da Rocha\*

Ana Elizabeth Santos Alves\*\*

Luciana Araújo dos Reis\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo tem como proposta atualizar as lembranças passadas e transcrever a história de um povo negro da Comunidade Rural São Joaquim de Paulo no Município de Vitória da Conquista por meio dos testemunhos orais. Assim, pretende apresentar a memória como categoria analítica e a sua importância na construção e reconstrução da história deste povo reconhecido como quilombola, desvelando sua origem, sua formação: costumes e tradições e a ocupação das terras empreendida por Paulo Salgado, considerado fundador desta comunidade, na qual se constituiu como comunidade tradicional remanescente de quilombo.

**Palavras - chave:** Memória, Tradição, Quilombola.

**Abstract:** This article has as its proposal to update the memories past and transcribe the history of black people in the Rural São Joaquim de Paulo Community in the city of Vitória da Conquista by means of oral testimonies. So, wants to display the memory as analytical category and their importance in the construction and reconstruction of the history of this people recognized as quilombola, unveiling its origin, its formation: customs and traditions and the occupation of the lands taken by Paulo Salgado, considered the founder of this community, which constituted as traditional community reminiscent of quilombo.

**Keywords:** Memory, Training, Quilombola.

---

\*Mestranda em Memória, Linguagem e Sociedade – UESB, Grupo de Pesquisa Museu Pedagógico: *História, Trabalho e Educação (UESB – CNPq)* Email: [tanrr\\_projetos@hotmail.com](mailto:tanrr_projetos@hotmail.com)

\*\*Doutora em Educação pela UFBA. Professora dos Programas de Pós – graduação Stricto Sensu em Memória, Ling. e Sociedade – UESB e da Graduação do DFCH/UESB, Grupo de Pesquisa Museu Pedagógico: *História, Trabalho e Educação (UESB – CNPq)* Email: [Ana\\_alves183@hotmail.com](mailto:Ana_alves183@hotmail.com)

\*\*\*Doutora em Ciências da Saúde pela UFRN. Professora dos Programas de Pós – graduação Stricto Sensu em Memória, Ling. e Sociedade – UESB e da Graduação do DS1/UESB, Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre o Envelhecimento e Obesidade (*UESB – CNPq*) Email: [lucianauesb@yahoo.com.br](mailto:lucianauesb@yahoo.com.br)

O povo negro da comunidade rural de São Joaquim de Paulo mantempreservadoa sua história, os seus costumes e suas tradições. Por décadas a sua história ficou guardada, silenciada, quase imperceptível, como se fosse um acervo servindo de fundamento na preservação e em defesa de seu povo.

Reportar as lembranças deste povo negropodesignificarumanecessidade premente de inserção, pois, dentre as relações de poder constituídos pela sociedade capitalista,determinados grupos e fatos sociais são esquecidos ou mesmo ignorados por considerarem insignificantesenegativos. A resistência de certos grupos faz com que parte da memória e da história prevaleçauma sobre as outras.Nessesentido, Le Goff nos adverte que a memóriaé manipulada e usadacomo instrumento e objeto de poder:

As manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual.Do mesmo modo, a memória coletiva foi posto em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. (LE GOFF, 2003, p.422)

Para tanto, há sempre uma vontade e um interesse desses grupos para que determinado fato social seja lembrado.Pollak (1987) nos afirma que a memória dos excluídos, dos marginalizados e da minoria, é confinada ao silencio, transmitida de uma geração a outra oralmente, guardada em estrutura de comunicação informal e não através de publicações.Deste modo, Pollak nos ajuda a compreender melhor a forma como a memória e fatos sociais foram conduzidos e relatados pela historiografia.

Este artigo pretendetranscrevera história do povo negro da comunidade rural de São Joaquim de Paulo do município de Vitória da Conquista por meio dos testemunhos orais, utilizando a linguagem falada e a escrita para armazenar a memória não como um simples arquivo de informações, mas trazer as reminiscências do passado deste grupo com intuito de manter viva a sua identidade, origem, costumes e tradições que historicamente foi negada, escamoteada pelo legado do escravismo e mesmo após o abolicionismo os negros continuaram desprovidos de uma condiçõesociopolítica que ainda hoje se tenta maquiara. É nesse sentido que Halbwachs ao referir sobre a memória nos expõe:

É impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos memória. (HALBWACHS 2006, p.07)

Vale ressaltar que a memória tem a capacidade de selecionar, sistematizar e armazenar as lembranças que já foram vividas. Segundo Le Goff (2003, p. 419) “a memória como propriedade de conservar certas informações, [...] o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A memória como representação do passado, é construída a partir de vivências e experiências do passado reportando para o presente de forma viva e natural. Para Santos (2003, p. 25):

A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela também é o resultado de si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações.

Convém observar que a memória tem se apropriado como objeto de estudo e tem contribuído de forma significativa no amplo diálogo como as diversas áreas do conhecimento, tornando-se tanto como objeto de análise quanto método. Sá (2007, p. 290) procede ao afirmar que “o interesse pela memória invade hoje a vida cotidiana de uma maneira talvez nunca vista antes, como tem já diagnosticado diversos autores”.

De fato, a memória é a base central para esta pesquisa, pois, reconstituirá o processo histórico deste povo negro, desvelando sua origem, sua formação: costumes e tradições. É através da memória, da narrativa que esses sujeitos constroem o sentido daquilo que querem recuperar ou recordar. Os testemunhos servirão como fontes de registro documental, que os utilizaremos como portadores da memória e da história, dando suporte teórico para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, compartilhar sua memória no coletivo permite conhecer fatos que só eles vivenciaram. De acordo com Halbwachs (2006, p. 29):

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação. [...] O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso. Quando diz: “não acredito no que vejo”, a pessoa sente que nela coexistem dois seres – um, o ser sensível, é uma espécie de testemunha que vem depor sobre o que viu, e o eu que realmente não viu, mas que talvez tenha visto outrora e talvez tenha formado uma opinião com base no testemunho de outros.

Os resultados da pesquisa constituem a matéria versada neste artigo, fundamenta-se no encontro com experiências vivenciadas, refletidas no contexto de uma comunidade negra rural. O fio condutor dos passos metodológicos foi à abordagem qualitativa, que adotou como técnica de construção dedados a História Oral através dos depoimentos. As entrevistas foram realizadas em janeiro de 2014 na comunidade de São Joaquim de Paulo. Desta forma, com os depoimentos (re) construiremos a história trazendo a memória fatos relevantes e significando-os a partir dos vestígios deixados.

Foram selecionados cinco sujeitos da comunidade quilombola para a pesquisa que se identificaram como negros e descendentes de escravos. Eles são uns dos mais antigos, nascidos e criados na comunidade, entre eles, dois são considerados guardiões da comunidade. Além dos membros da comunidade rural, participou da amostra dos sujeitos deste estudo, um professor pesquisador de notório saber no campo da historiografia de Vitória da Conquista, contribuindo de maneira inequívoca, na defesa dos direitos da propriedade das terras da comunidade São Joaquim de Paulo. Deste modo, a condição necessária para que exista memória é o sentimento de continuidade daquele que se lembra. Para isso, é essencial a presença de testemunho para que o acontecimento perpetue e se torne memória. De acordo com Halbwachs (2006, p. 32):

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assume a figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança.

Procuramos, desta forma, analisar mediante a narrativa dos testemunhos, após esclarecimentos dos aspectos éticos, as práticas discursivas nas quais se entrelaçam suas histórias pessoais e em grupos, suas experiências, procurando

também visibilizar as subjetividades destes com os elementos que se expressam nos seus costumes, tradições e crenças constituindo a história do povo negro no município de Vitória da Conquista.

Como cenário deste estudo foi escolhida a comunidade de São Joaquim de Paulo que está localizada na zona rural no distrito de Capinal, a 15 km do município de Vitória da Conquista. Possui uma população de 750 pessoas que vivem em uma área cerca de 1.000 hectares (CAR, 2011). Segundo os relatos, a sua formação teve origem na ocupação de terras por ex-escravos no século XIX, mesmo num período pós-abolicionista como afirma Tanajura (1992), os senhores latifundiários não viam a liberdade dos escravos com bons olhos, pois representava prejuízos econômicos, gerando aversões e propiciando a formação dos quilombos como símbolo da resistência.

As lembranças da ocupação da terra estão presentes na mente dos mais velhos moradores da comunidade que contam o que se sabe sobre o primeiro habitante Paulo Salgado popularmente conhecido por Paulo Preto que fugiu do sertão baiano no início do século XIX e migrou para Imperial Vila da Conquista atual Vitória da Conquista:

Paulo Preto natural de Caetité, fugindo de lá da fome, da sede e do chicote, aí ele migrou no mundo a fora e chegando aqui nesta terra ainda em formação, ele deu de cara com conflitos de duas famílias rivais, apelidadas de Meletes e Peduro. Paulo Preto que era também um dos negros servidor de um daqueles senhores, ele não nasceu com a sina de ser bobo, ele achou que devia migrar mais um pouquinho, chamou seus companheiros oriundos de Caetité e adentrou nas matas desta nossa região, em busca de terra fértil, água potável e alimento e chegando aqui encontraram tudo que precisavam [...] Montaram aqui um acampamento e começaram a desenvolver a cultura agrícola, aí uma vez sentindo bem neste lugar, sem briga, sem problema, sem senhores. Voltou com muita dificuldade na terra de sua origem e apanhou familiares, tanto o pessoal dele, tanto dos seus companheiros. (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014)

Outro relato também complementa a fala deste 1º testemunho, a de R.M. que nos afirma mais sobre a pessoa de Paulo Preto, fundador da comunidade São Joaquim de Paulo:

[...] Já havia alguns pretos na área, população de afrodescendente e consta que um deles era Paulo Preto que teria sido proprietário de

uma boa parte daquela terra, esse Paulo Preto ou Paulo Rico como também chamado Paulo Salgado foi um homem de origem negra que possuía uma grande propriedade como latifundiário daqui, emprestava dinheiro a juro, era homem que vivia de agiotagem, não se sabe bem a origem da riqueza dele, se foi ajudado por Capitão Antônio Ferraz de Araújo ou se por qualquer trabalho ou outro motivo. Ele gozava de uma proteção muito grande do Capitão que era um homem muito rico, fazendeiro que tinha muitas propriedades urbanas e rurais, inclusive nessa região de Conquista e Barra do Choça. (R.M. entrevista em 28 de janeiro de 2014)

Finalmente, a comunidade se caracterizou como remanescente de quilombo no ano de 1996, quando atestou mediante a auto definição, conforme descrito no Art. 68 da Constituição Federal de 1988, que reconheceu direitos territoriais aos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Esse reconhecimento garantiu a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro e sendo considerado pela Fundação Cultural de Palmares patrimônio imaterial relativo à herança da população escravizada. Segundo relatos até na década de 80 havia disputas e conflitos na luta contra a posse das terras entre os fazendeiros vizinhos e os moradores da comunidade que resistiram as diversas formas de violências praticadas por esses latifundiários e ameaças de invasão de suas terras herdadas pelos seus antepassados.

[...] Não tinha o dono pra distribuir documentos, parcelar e comercializar a terra. Na época que Paulo Salgado chegou aqui, isso aqui, era um mundão sem dono, o único dono era Deus. Com o golpe de 64, eu me esqueci o nome da lei de uma tal medição, aqueles colonizadores que tinham o dinheiro e podiam pagar para o governo federal, então pagando a medição era dono da propriedade. Nós, os nossos descendentes como não tínhamos, assim, baixa renda, sempre fomos baixa renda, é, se a gente era descendente de escravos como era que a gente ia ter dinheiro! E aquela medição não tinha uma lógica humanitária que vinhesse a respeitar as pequenas propriedades. (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014).

Ainda acrescenta nos relatos sobre a posse das terras pelo depoimento de R.M.:

Quando eu comecei a trabalhar em defesa do pessoal que hoje constitui aquela comunidade quilombola, a terra formalmente era de propriedade de Osvaldina Santos Silva e uma parte sido do irmão dela Odilon que afirmavam haver adquirido por herança dos pais. Porém,

o que se percebe o que antes deles, os irmãos estarem com o imóvel registrado em seu nome, o pessoal já residia ali. Então, a gente começou a brigar para que eles não saíssem dali, era muito difícil tirar o pessoal, porque a prova da antiguidade deles na área estava patente, eles já tinham direitos do uso capião pelo código civil que se contava por 15 anos. (R. M., entrevista em 28 de janeiro de 2014)

Vale dizer que, as relações sociais da comunidade de São Joaquim de Paulo assentavam-se na solidariedade entre o grupo, no sentimento de pertença e na necessidade de sobrevivência, que os levavam a um comprometimento com o outro, compartilhando a produção agrícola e criação de animais num esforço coletivo, denotando uma preocupação com o bem estar comum e formação de uma consciência coletiva:

[...] Antigamente se plantava e se criava todo mundo embolado, junto. Essa coisa da unidade, a colaboração de compadre para compadre, viver a vida no conjunto. Tínhamos pastos e roças no conjunto, no coletivo. Tanto que a gente fazia mutirões na época, popularmente chamado de “adjunto”, até meados de 70 nós não sabíamos a palavra coletivo. (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014).

A memória sempre recorre aos fatos, cronologias, costumes, linguagem, as experiências pessoais e dos grupos, pois através desses recursos que vai contribuir no processo de construção da memória. As transmissões dos saberes na comunidade eram feitas de forma natural e informal através da socialização entre o grupo. Para Halbwachs (2006, p.102): “Não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Segundo o mesmo autor (2006, p. 30): “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. Sá (2007, p. 291) profere:

[...] são as pessoas que se lembram, embora a forma e boa parte do conteúdo das suas memórias sejam socialmente determinadas, pelos grupos, pelas instituições, pelos marcos mais amplos da sociedade, por recursos culturalmente produzidos, dentre os quais se inclui a própria linguagem.

A partir daí, outros relatos destacam o cotidiano dos sujeitos nos afazeres e comemorações, expressando suas tradições, valores e crenças, principalmente no

respeito pela terra que se festejavam nos períodos do fim da plantação e do fim da colheita, como foi enunciado:

[...] Juntava homens, mulheres e meninos para fazer as limpezas e aberturas de cacimbas à beira do brejo, para adquirir água boa, e ali se passa um dia, até mais de um dia, num clima de festa. Como se fosse uma festa! Era a harmonia do ser humano para ser humano, e nós cantávamos “chula”, ou seja, cantigas de trabalho. A nossa crença era o seguinte se a gente produzisse, fizesse o investimento cantando, Deus estaria presente. Ele via que nós éramos unidos e ele cobria com sua benção. O retorno na nossa safra era sagrado, ela não se perdia! (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014).

Os moradores mais antigos da comunidade tentam dar continuidade as tradições recebidas dos seus antepassados, transmitindo por meio da oralidade as novas gerações para que se perpetue a história de seu povo. Uma destas tradições é o casamento que para os quilombolas é ainda uma tradição proeminente para constituição das famílias, pois considerou por muito tempo a união conjugal entre parentes como forma de preservação tanto das famílias como da posse das terras. Segundo o entrevistado:

Na vida do povo quilombola o costume do casamento é sempre querer casar no bojo, negro sempre procurou casar entre si, por um fator muito considerado, a etnia. (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014).

No entanto, mesmo com amigração dos moradores e de outros grupos para a comunidade, o casamento entre parentes se manteve, mas não como uma prática comum, como relata o entrevistado:

A comunidade começou a acomodar, não sei se é acomodar ou abrir mão dos valores dessa coisa de tradição de casamento entre si no seu bojo, a partir da década de 70 começou a discutir direitos humanos, socialismo, etc. [...] chegou aqui na região a lavoura do café, vieram outras famílias diferentes aí, começou a surgir à quebra da tradição do casamento. (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014).

Hoje, a comunidade é formada por cinco famílias: Salgado, Oliveira, Santos, Custódio e Ferreira da Silva. O entrevistado R.S. afirma ainda que, na sua maioria, o povo da comunidade quando não são da mesma família tem um grau de parentesco:

Tudo que se faz esbarra no parentesco, tanto aqui na comunidade como nos quilombos tem parentes de um canto a outro. (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014).

Vale ressaltar ainda, que o casamento na comunidade tem um sentido significativo e simbólico de valores sociais e culturais, sendo motivo de mobilização entre todos os moradores. Um exemplo disso é a confecção do vestido da noiva por uma única senhora costureira da comunidade, que além de costurar o vestido, é testemunha dos casamentos, tornando-se madrinhas da maioria das moradoras da comunidade.

Outro costume ainda preservado pelos quilombolas é o festejo de um ritual de devoção religiosa que tem como significado a celebração realizada pelos pais que apresenta a comunidade a sua última filha prestes a contrair bodas. Esta celebração é uma forma que os pais expressam o seu último compromisso com a filha, entregando-a sobre a responsabilidade do futuro cônjuge. De acordo com a entrevistada este ritual é popularmente conhecido como “limuzia”, praticado desde os seus antepassados com cânticos e muita alegria.

A última filha que ia se casar teria que ficar com uma panela de barro na cabeça, rodando a redor da casa por várias vezes com a panela na cabeça até quebrar. (L.B., entrevista em 14 de janeiro de 2014)

As práticas e costumes desta comunidade foram preservados coletivamente por um longo processo histórico que perpetua experiências de gerações. A análise dos depoimentos realizados permitiu observar que a cultura está diretamente relacionada com o modo de resistência e enfrentamento ao racismo. Com isso, a comunidade busca valorizar as suas raízes étnicas e as reconstruções identitárias e de pertencimento sem o estigma de inferioridade e visões estereotipadas neste contexto social. Segundo Ribeiro (2005, p. 251):

O drama da formação de identidades não é problema exclusivo de indivíduos - negros e seus descendentes. Trata-se de problema social, pois uma sociedade como a brasileira, de marcada presença negra, sofre certamente sérios problemas de identidade coletiva, sendo certamente indesejáveis as consequências disso.

Cada povose expressa de forma diferente em relação ao seu universo, ao seu lugar. Neste contexto, a comunidade quilombola representa a singularidade de um povo que faz deste lugar a sua própria identidade, resistência e memória.

Em contraponto, existe na comunidade uma preocupação, por parte dos moradores mais antigos, com a influência do uso da tecnologia sobre suas tradições e costumes. Para a entrevistada L.B. corre-se o risco de que as tradições sejam esquecidas, descrevendoem sua fala:

Tenho saudade dos tempos que a gente contava história e jogava versos, as meninas cantavam de cá pra as meninas de lá ouvir, uma jogava verso e a outra respondia. Tempo bom! As histórias são contadas, eu sinto orgulho. Os idosos que contam histórias já estão indo, eles sabem por que o avô contou, a mãe contou. Esses jovens de hoje vai misturando com os da rua, televisão, vídeo game, computador, nossa história vai morrendo. (L.B., entrevista em 14 de janeiro de 2014)

Outro entrevistado R.S. expressa que:

A coisa vem mudando, aí chegou os saberes, chegou à evolução, se é que tem isso hoje! Na hora que começou a chegar aqui, aí já começamos abrir mão de nossas culturas, nossas crenças, não se reza mais uma ladainha. Quando nós começamos a mudar, daí a pouco o mundo também, a natureza começou a ficar rebelde, não fazemos mais as nossas obrigações, divulgação. (R.S., entrevista em 14 de janeiro de 2014)

Portanto, a comunidade São Joaquim de Paulo constitui um espaço social que tem uma relação com as construções da memória, pois, existe uma valorização do passado principalmente entre membros mais antigos que desejam manter a preservação da sua identidade. Para tanto, a proposta de atualizar as lembranças e a reconstruir a história deste povo negro, através dos testemunhos orais, concebeu a transposição da memória individual para a memória coletiva por meio de acontecimentos compartilhados informalmente por esses moradores, e, ao mesmo tempo, transcrever esta memória.

Assim, a reconstrução da memória dos quilombolas representa uma contribuição importante para tornar conhecida a história de um povo negro, que por

décadas, foi marcada por um cenário de resistência na luta pelo direito da posse das terras e de exclusão social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAR. **Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional**. Projeto de inclusão das comunidades de quilombo - Planejamento participativo rural sustentável da comunidade quilombola de São Joaquim de Paulo. Vitória da Conquista – BA, dez, 2011, p. 5.

Constituição Federal de 1988, **Artigo 68**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ anotada/2335890/art-68-da-constituicao-federal-de-88>>, Acesso em: 23 jan. 2014.

Depoimentos (janeiro, 2014). **Comunidade Remanescente de Quilombo de São Joaquim de Paulo, município de Vitória da Conquista – BA**. Entrevista concedida para o artigo “Memória e formação de um povo negro”.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª Edição. São Paulo: Centauro, 2006, ps.07, 29, 30, 32 e 102.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª Edição. Campinas: Unicamp, 2003, ps. 419 e 422.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.2. n.3. 1989, p.05.

RIBEIRO, R.I. Os Pretos do Rosário: Imagens de Negritude e Mídia Televisiva. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, ano 27, n.(1-2-3), Jan-Dez, 2005, p. 251.

SÁ, C. Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**. UERJ, RJ 2007. ps. 290, 291. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722007000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200015)>, Acesso em: 20 jan. 2014.

SANTOS, M. Sepúlveda dos. **Memória coletiva & teoria social**. 1ª Edição. São Paulo: Annablume, 2003, p. 25.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista – Crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: 1992, p.57.

*Recebido em Junho de 2014  
Aprovado em Setembro de 2014*